



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

INSUBORDINAÇÃO DE CLÁUSULAS INTRODUZIDAS POR “QUANDO” EM
POSTAGENS DE REDES SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Ingrid Botelho Berbert

Rio de Janeiro
2025

INGRID BOTELHO BERBERT

INSUBORDINAÇÃO DE CLÁUSULAS INTRODUZIDAS POR “QUANDO” EM
POSTAGENS DE REDES SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras no curso de
Português/Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Laurentino de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àquelas que não puderam estar aqui presentes para prestigiar este momento tão importante em minha vida, mas que sei que cuidaram de mim lá de cima durante toda minha graduação para que eu estivesse aqui hoje, minhas avós.

Agradeço também àqueles que cuidam de mim diariamente aqui na terra e foram fundamentais para que eu conseguisse completar a minha graduação:

Minha mãe, por não medir esforços para que eu pudesse estar na faculdade enquanto também trabalhava montando as minhas “marmitinhas” quando precisei e me fazendo massagens nos muitos momentos de tensão, além de também ouvir minhas preocupações diárias e comemorar comigo cada conquista;

Minha irmã, por ouvir todas as minhas angústias durante todos os trabalhos da graduação até esta monografia e me proporcionar alívios cômicos diários;

Meu pai por, mesmo de longe, comemorar todas as minhas conquistas e ouvir minhas expectativas;

Meu avô e minha madrinha, por, desde sempre, apoiarem a minha vida acadêmica tornando-a muito mais fácil e torcerem por minhas conquistas;

Minhas amigas que compartilharam comigo a rotina da faculdade desde o primeiro período, em 2019, e que, mesmo com as reviravoltas da vida, continuaram ao meu lado me dando forças para continuar, motivos para sorrir e um ombro amigo para me consolar;

Minhas amigas externas à faculdade, por ouvirem minhas angústias e sempre me apoiarem nas minhas decisões me motivando a continuar;

Meu namorado, por acreditar em mim sempre, me fazendo enxergar minhas capacidades nas vezes em que duvidei de mim e tolerar ser trocado por esta monografia (muitas vezes) neste ano de encerramento;

Meu orientador, por ter me acompanhado nesta monografia de maneira tão solícita, empática e inspiradora, além de me incentivar, a todo momento, para que eu continue minha caminhada no meio acadêmico;

E eu mesma, por não desistir.

BERBERT, Ingrid Botelho. *Insubordinação de cláusulas introduzidas por “quando” em postagens de redes sociais: uma perspectiva funcionalista*. Monografia. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2025.

RESUMO

Neste trabalho, descrevemos e analisamos as cláusulas subordinadas do português brasileiro atual iniciadas pelo introdutor ‘quando’. Por subordinação, compreendemos o fenômeno relacionado ao uso independente de orações com marcas de subordinação, tais como a presença de palavras relacionais (conjunções e pronomes) e flexão de modo verbal no subjuntivo. Em outras palavras, trata-se de construções que, embora se assemelhem formalmente às subordinadas, ocorrem de maneira autônoma, sem estar sintaticamente ligadas a uma oração principal. Focalizamos, especificamente, as cláusulas subordinadas presentes em redes sociais da internet que ocorrem ancoradas a elementos não verbais, como fotografias, desenhos e vídeos. Fundamentamos o estudo nos pressupostos da Linguística Funcional, tomando como base os estudiosos que investigam a subordinação (Evans, 2007; Kaltenböck, 2019; Rodrigues, 2024). Como hipótese central, defendemos que as cláusulas em questão ilustram, em português, a subordinação elaborativa, isto é, quando orações formalmente subordinadas são sintaticamente independentes, mas possuem dependência pragmática, elaborando, em alguma medida, outros enunciados ou elementos discursivos. Nesse sentido, pretendemos demonstrar que as cláusulas-*quando* subordinadas das postagens analisadas elaboram a informação das figuras às quais estão ancoradas, e não meramente as ilustram. Para tanto, constituímos um *corpus* de postagens recentes publicadas nas plataformas digitais do Instagram, Facebook e X (antigo Twitter), que foram registradas em uma planilha do Excel. Analisamos essas ocorrências, segundo sete parâmetros: pontuação final e letra inicial, tempo e modo verbal, presença de material linguístico antecedente ao *quando*, padrões sintáticos, estrutura sintática interna da cláusula-*quando*, natureza da figura à qual a cláusula-*quando* se ancora e presença de material linguístico na figura. Esses parâmetros visam a detalhar as propriedades formais e funcionais das cláusulas em estudo. Após a coleta e análise de 166 dados, observamos que essas estruturas ocorrem em padrões sintáticos distintos, sendo o padrão [*quando* + SN + SV] o mais frequente, em que SN representa o sujeito da oração introduzida pelo *quando*, e SV é o predicado dessa oração. Analisamos também que essas cláusulas ocorrem predominantemente com estrutura interna simples. Em relação aos tempos e modos verbais, detectamos a predominância do presente do indicativo. Do ponto de vista discursivo-pragmático, verificamos que as cláusulas-*quando* subordinadas moldam a interpretação das figuras que as acompanham, fato que reforça a sua natureza elaborativa (cf. Kaltenböck, 2019). Além disso, evidenciamos que essas figuras elaboradas pelas cláusulas-*quando* são, em sua maioria, fotos que encenam humanos ou personagens humanizados e que não contêm material linguístico interno. Do ponto de vista formal, concluímos que as cláusulas-*quando* subordinadas se iniciam majoritariamente por letra maiúscula e se encerram sem pontuação.

PALAVRAS-CHAVE: Insubordinação de orações; Sintaxe funcional; Insubordinação elaborativa; Insubordinação discursiva, Postagens de redes sociais.

ABSTRACT

This paper describes and analyzes in subordinate clauses in contemporary Brazilian Portuguese introduced by the word *quando* (“when”). Insubordination is understood here as the phenomenon involving the independent use of clauses that display subordinate markers, such as relational words (conjunctions and pronouns) and verbal mood inflection in the subjunctive. In other words, these are constructions that, although formally resembling subordinate clauses, occur autonomously, without syntactic attachment to a main clause. We specifically focus on *quando*-clauses found on social media, which are anchored to non-verbal elements such as photographs, drawings, and videos. The study is grounded in the framework of Functional Linguistics and builds upon the work of scholars who investigate insubordination (Evans, 2007; Kaltenböck, 2019; Rodrigues, 2024). As our main hypothesis, we argue that these clauses exemplify elaborative insubordination in Portuguese — that is, formally subordinate clauses that are syntactically independent but pragmatically dependent, elaborating on other utterances or discourse elements. In this sense, we aim to show that the *quando*-clauses in the analyzed posts elaborate the content of the images to which they are anchored, rather than merely illustrating them. To do so, we compiled a corpus of recent posts published on digital platforms such as Instagram, Facebook, and X (formerly Twitter), and recorded them in an Excel spreadsheet. These occurrences were analyzed according to seven parameters: final punctuation and initial capitalization, verb tense and mood, presence of linguistic material preceding *quando*, syntactic patterns, internal syntactic structure of the *quando*-clause, nature of the image to which the clause is anchored, and presence of linguistic material in the image. These parameters aim to detail the formal and functional properties of the studied clauses. After collecting and analyzing 166 examples, we observed that these structures appear in distinct syntactic patterns, with the most frequent being [quando + NP + VP], where NP is the subject of the clause introduced by *quando*, and VP is its predicate. We also found that these clauses predominantly exhibit simple internal structure. Regarding verb tense and mood, the present indicative was most common. From a discursive-pragmatic perspective, we observed that subordinate *quando*-clauses shape the interpretation of the images they accompany, reinforcing their elaborative nature (cf. Kaltenböck, 2019). Additionally, we noted that most of the images elaborated by the *quando*-clauses are photographs depicting humans or humanized characters and do not contain internal linguistic material. Formally, we concluded that these subordinate clauses mostly begin with a capital letter and end without punctuation.

Keywords: Clauses Insubordination; Functional Syntax; Elaborative Insubordination; Discursive insubordination; Social Media Posts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REVISÃO DO TEMA.....	7
2.1 Descrições tradicionais	7
2.2 Descrições linguísticas.....	8
3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA.....	13
3.1 Funcionalismo.....	13
3.1.1 Gramática tética e ancoragem discursiva.....	13
3.1.2 Insubordinação.....	15
3.2 Metodologia.....	18
3.2.1 <i>Corpus</i> analisado.....	18
3.2.2 Parâmetros de análise.....	19
3.2.2.1 Pontuação final e letra inicial.....	19
3.2.2.2 Tempo e modo verbal.....	20
3.2.2.3 Presença de material linguístico (X) antes da cláusula <i>quando</i>	21
3.2.2.4 Padrões sintáticos.....	22
3.2.2.5 Estrutura sintática de cláusula.....	22
3.2.2.6 Tipo de figura.....	23
3.2.2.7 Figura com texto.....	23
4. ANÁLISE DE DADOS.....	24
4.1 Resultados quantitativos.....	24
4.1.1 Aspectos gráficos.....	24
4.1.2 Tempo e modo verbal.....	25
4.1.3 Presença de material linguístico antecedente ao <i>quando</i>	26
4.1.4 Padrões sintáticos.....	27
4.1.5 Estrutura sintática interna da cláusula <i>quando</i> insubordinada.....	29
4.1.6 Natureza da figura em que a cláusula está ancorada	30
4.1.7 Presença de material linguístico dentro da figura	30
4.2 Resultados qualitativos.....	31
4.2.1 Ocorrência de uma mesma figura com cláusulas <i>quando</i> insubordinadas diferentes.....	31
4.2.2 Valores semânticos distintos.....	32
4.2.3 Cláusulas <i>quando</i> insubordinadas sem a presença de figura.....	35
5. CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

A presente monografia propõe uma investigação sincrônica acerca de cláusulas insubordinadas introduzidas por *quando* em textos escritos do português brasileiro contemporâneo. Objetivando realizar essa análise, pesquisamos ocorrências dessas estruturas nas redes sociais Instagram, X (antigo Twitter) e Facebook. Diante dessa busca, foram coletados 166 dados analisados sob os pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico. Dessa forma, temos como finalidade principal a descrição do funcionamento das cláusulas insubordinadas introduzidas por *quando* em postagens de redes sociais a partir de seus aspectos formais, sintáticos e semântico-discursivos. Um exemplo dessas construções, retirado de nossa amostra, pode ser visto na figura (1):

Figura 1- Exemplo cláusula insubordinada introduzida por *quando*



Fonte: X @UmFilosofoCitou

Compreendemos como insubordinada uma cláusula que funciona de forma independente sintaticamente, ainda que apresente marcas de subordinação, como, por exemplo, a presença de conjunção. Na figura (1), a cláusula “Quando a pessoa fala mal de mim e eu finjo que não sei.” é introduzida por *quando*, uma palavra relacional, e, no entanto, ocorre sem a presença de uma oração principal e se relaciona diretamente com a imagem que aparece logo em seguida, sendo assim um exemplo desse tipo de cláusula analisado em nossa pesquisa.

A partir da análise dos dados coletados, buscamos descrever como essas cláusulas insubordinadas introduzidas por *quando* se manifestam formalmente e como elas se relacionam com as figuras que as acompanham. Tendo como referencial teórico os estudos de Heine *et al.* (2017), Kaltenböck (2019) e Rodrigues (2024), configuramos como hipótese principal que as cláusulas pesquisadas exemplificam, em português, casos de insubordinação elaborativa,

segundo a qual orações formalmente subordinadas são sintaticamente independentes, mas possuem dependência pragmática e elaboram, em alguma medida, outros enunciados ou elementos discursivos.

Para realizar essas descrições e verificar nossas hipóteses, analisamos nossos dados de acordo com sete parâmetros de análise: (i) pontuação final e letra inicial; (ii) tempo e modo verbal; (iii) presença de material linguístico antes da cláusula *quando*; (iv) padrões sintáticos; (v) estrutura sintática interna da cláusula-*quando* insubordinada; (vi) natureza da figura em que a cláusula está ancorada; (vii) presença de material linguístico dentro da figura. Esses parâmetros permitiram descrições quantitativas e qualitativas dos dados coletados em relação às propriedades formais e funcionais das cláusulas em análise, evidenciando em quais padrões estruturais e contextos comunicativos as cláusulas-*quando* insubordinadas são mais frequentemente utilizadas no português escrito contemporâneo das redes sociais da internet.

Esta monografia foi organizada em seis seções. A presente seção de introdução antecede a seção 2, em que fizemos uma breve revisão bibliográfica sobre o tema a partir de comentários sobre trabalhos anteriores. Inicialmente, evidenciamos como as cláusulas introduzidas por *quando* são descritas pelas gramáticas tradicionais. Em seguida, revisamos algumas descrições linguísticas, de orientação funcionalista, que foram essenciais para os propósitos de nossa pesquisa. Dentre elas, destacamos Cavalcante e Rodrigues (2018), que analisaram especificamente o mesmo tipo de oração em um *corpus* de natureza semelhante, sob a ótica do desgarramento de cláusulas.

Na seção 3, são descritos os pressupostos teóricos e a metodologia adotados nesta monografia. Como pressupostos, destacamos referências funcionalistas fundamentais para este trabalho, como Heine *et al.* (2017), que contribui com o conceito de *unidade tética*, Kaltenböck (2019), com a proposta de insubordinação autônoma e elaborativa, e Rodrigues (2024), que aplica esses e outros conceitos teóricos a dados do português brasileiro. Na mesma seção, descrevemos, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos seguidos desde a coleta dos dados até a análise efetiva da amostra. Além disso, também detalhamos os parâmetros de análise explicitando seus objetivos e hipóteses.

A seção 4 é composta pelos resultados obtidos a partir das análises quantitativas e qualitativas dos dados seguindo cada um dos sete parâmetros. Esses resultados foram evidenciados em tabelas seguidas de exemplos extraídos de nosso *corpus* para exemplificar as ocorrências expostas nas tabelas. Além disso, também destacamos, em uma breve análise qualitativa, alguns dados específicos que exibem aspectos destoantes da tendência geral atestada no *corpus*.

A seção 5 encerra o texto deste trabalho com a conclusão. Nela, retomamos os pontos principais abordados na monografia, evidenciamos os principais resultados obtidos nas análises e as contribuições para os estudos funcionalistas dentro da sintaxe. Além disso, evidenciamos lacunas que podem instigar estudos futuros.

2 REVISÃO DO TEMA

Nesta seção, revisitamos alguns trabalhos que abordam diferentes aspectos relacionados às cláusulas introduzidas por *quando* em português. Em 2.1, abordamos as descrições presentes nas gramáticas tradicionais de Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2017). Em seguida, em 2.2, revisamos algumas descrições e análises na perspectiva da linguística funcional. Pontuamos, especificamente, a descrição de Neves (2011), e os estudos de Ferreira (2017) e Cavalcante e Rodrigues (2018).

2.1 Descrições tradicionais

Na tradição gramatical, as cláusulas introduzidas por *quando* são majoritariamente apresentadas como orações subordinadas adverbiais, isto é, “funcionam como adjunto adverbial de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das conjunções subordinativas” (Cunha e Cintra, 2017, p. 618). Sendo assim, elas são classificadas a partir do valor semântico da conjunção que as introduz. Em relação à conjunção *quando*, encontramos-la apenas como exemplo de uma das conjunções temporais, definidas por Bechara (2006, p.275) como as que ocorrem “quando iniciam oração que exprime o tempo da realização do fato expresso na oração principal. Um exemplo apresentado por Bechara (2006, p.275) para ilustrar o *quando* como conjunção subordinativa temporal é: “Quando disse isso, ninguém acreditou.”.

Considerando as gramáticas tradicionais consultadas, podemos classificar a oração iniciada pela conjunção *quando* como uma oração subordinada adverbial temporal, uma vez que essa indica o momento da realização do evento exposto na oração principal. Esse fato também se confirma com o exemplo apresentado por Cunha e Cintra (2017, p.620): “Quando estiou, partiram. (C. de Oliveira, AC, 19.)”, em que a oração introduzida por *quando* evidencia o momento em que ocorre o evento de partida apresentado na oração principal.

Para o *corpus* que analisamos neste trabalho, no entanto, as descrições tradicionais, apesar de necessárias para a compreensão do fenômeno estudado, não são suficientes, tendo em vista a vasta manifestação de cláusulas introduzidas por *quando* detectadas no português brasileiro contemporâneo que não estão vinculadas a uma oração principal. É importante ressaltar que essas ocorrências de orações introduzidas por *quando* desvinculadas de uma oração principal não são mencionadas em nenhuma das gramáticas tradicionais revisadas nesta pesquisa.

Para além do caráter estrutural da ausência de uma oração principal, os dados reunidos para esta pesquisa também demandam uma discussão maior acerca do valor semântico das orações iniciadas pela conjunção *quando*, que vá além da concepção apresentada por Bechara

(2006) de apenas exprimir o tempo de realização do evento exposto na oração principal. Buscando preencher essas lacunas, discutimos, em seguida, trabalhos linguísticos de cunho funcionalista que prezam pela investigação de fatos da língua dentro do contexto em que ocorrem.

2.2 A descrição linguística

A *Gramática de Usos do Português* (2011), de Maria Helena de Moura Neves, apresenta, numa perspectiva funcional-discursiva, as construções temporais como um conjunto de uma oração principal e uma oração temporal que, no português, pode ser representada prototipicamente por uma oração iniciada pela conjunção *quando*. Em seguida, a autora correlaciona os tempos verbais com essas cláusulas introduzidas por *quando*, evidenciando, a partir de diferentes ocorrências, como essas estruturas se relacionam diretamente a efeitos pragmáticos distintos na linguagem.

Além disso, Neves (2011) reconhece a complexidade das orações temporais, iniciadas por *quando* ou por outras conjunções temporais, e busca descrever, com base no uso da língua, as distintas relações expressas por elas:

A expressão do tempo sempre se liga a relações muito complexas. Essa complexidade aumenta, obviamente, quando a relação temporal envolve dois estados de coisas, isto é, duas predicções, como é exatamente o caso das construções com uma oração principal e uma oração temporal. (Neves, 2011, p.795)

Diante desse aspecto, Neves (2011) constata duas relações relevantes para as orações temporais: simultaneidade e não simultaneidade. Para este trabalho, focaremos no conceito de simultaneidade, em que, para a autora, é uma relação que pode representar frequência de ocorrência ou habitualidade, além do seu caráter iterativo a depender do conector. Para exemplificar o aspecto de simultaneidade, são apresentados alguns exemplos por Neves (2011, p.796), dentre eles: “*Esta é a história de um soldado que se sentia em casa somente QUANDO vadiava pelas cidades. (CCI)*” e “*Fico triste TODAS AS VEZES QUE ando pelas ruas e vejo a miséria do Brasil. (FSP)*”. É perceptível, nesses exemplos, que há zonas de intersecção entre os eventos apresentados nas orações principais e suas respectivas temporais, fato que as configura como relação de simultaneidade.

Para além do conceito de simultaneidade, Neves (2011) evidencia a existência de relações de tipo lógico-semântico causal, condicional e concessivo entre orações ligadas à relação temporal e reforça que um conector de valor bastante neutro, como o *quando*, associado

com o tempo e modo verbal de cada uma das orações, garante essas diferentes relações. Uma das relações apresentadas por Neves (2011) é a de sentido condicional eventual. Para a autora, as características dessa relação consistem na ocorrência de tempo presente ou pretérito imperfeito tanto na oração principal quanto na oração temporal, simultaneidade do estado de coisas das orações, possibilidade de iteração quando não perfectivo e habitualidade. Tal relação é exemplificada por:

Morro de pena de mim mesmo e de inveja das estepes sem fim QUANDO Sônia passa dias sem me falar, tomando chá, de roupão, os olhos vazios de tudo, mas me irritado QUANDO vejo que aceita a homenagem. (Q). (Neves, 2011, p.798)

As relações de sentido apresentadas por Neves (2011) permitem que a análise das orações introduzidas por *quando* sejam desenvolvidas para além da descrição realizada pelas gramáticas tradicionais, de que essas cláusulas se restringiriam apenas a expor o tempo em que ocorre o evento da oração principal. A partir dos estudos sobre simultaneidade e as diversas relações do tipo lógico-semântico provocadas por diferentes construções associadas a distintos tempos verbais, percebemos que a conjunção *quando* adquire neutralidade e pode também se manifestar em relações de causa, condição e concessão.

O trabalho de Ferreira (2017), também baseado no funcionalismo, complementa essas relações expostas por Neves (2011). Ao defender uma classificação a partir das relações entre cláusulas, a autora tem como foco o caso da conjunção *quando*, visto que, de acordo com Olímpio (2006 *apud* Ferreira, 2007), essa estaria passando por um processo de esvaziamento semântico advindo de uma nova gramaticalização:

Poderíamos considerar, segundo Olímpio (2006), a existência de dois itens lexicais distintos, a que chama de *quando 1* e *quando 2*, e cada um destes estaria veiculando significados distintos, como causa ou condição. Assim, a autora ressalta que essa perda de significação do conectivo colabora para a postulação de que a relação adverbial não é dada pelo conectivo, mas sim pela proposição relacional que existe entre as cláusulas, reforçando a importância de uma análise não apenas sintática, mas também semântica, levando em conta as inferências do leitor. (Ferreira, 2017, p. 124)

Sendo assim, o estudo apresentado também reforça a insuficiência das classificações das gramáticas tradicionais, que estão diretamente relacionadas às conjunções que encabeçam as orações temporais, já que Ferreira (2017) propõe uma análise funcional-discursiva que não contempla apenas a conjunção, mas a hipotaxe¹ como um todo para a classificação dessas

¹ “são as cláusulas consideradas como independentes, ou seja, aquelas que não estão sujeitas a uma integração sintática estrutural – embora haja uma interdependência semântica. Nesse grupo, temos as cláusulas adverbiais

cláusulas. A partir dessas concepções, ela apresenta cinco valores das orações encabeçadas pela conjunção *quando*: temporal, condicional, causal, concessivo e proporcional. Destacamos, neste estudo, o *quando* condicional.

Harris (1986) afirma que uma frase temporal relacionada a um tempo passado, presente ou futuro, com uma leitura não duvidosa ou contrafactual, pode equivaler a uma condição real. Já as orações temporais que não têm como certa uma verdadeira realização são equivalentes a uma condição eventual. Deve-se a isso o fato de encontrarmos conjunções temporais interpretadas como conjunções condicionais. (Ferreira, 2017, p.126)

Como exemplo de cláusulas iniciadas por *quando* condicional, a autora apresenta: “(5) **Quando** eu não tenho nada para fazer e **quando** não tem ninguém para brincar eu vou para o quarto da minha mãe para brincar de bolinhas de cutes (D&G – Inf. 49 – M – PE – DL)” (Ferreira, 2017, p.126). É possível considerar o *quando* condicional nessa amostra, ao compreender que a condição de ir para o quarto da mãe é não ter nada para fazer e nem ninguém com quem brincar. A relação condicional também se comprova ao aplicar as propostas de Neves (2011), visto que as ações ocorrem seguindo o princípio de simultaneidade e estão no tempo verbal presente. Além disso, Ferreira (2017) reforça que

(...) mesmo apresentando um valor condicional, essas orações ainda mantêm certas características temporais, o que parece demonstrar que o percurso da conjunção subordinativa quando obedece ao princípio da persistência postulado por Hopper (1991). De acordo com tal princípio, os elementos que estão em processo de gramaticalização tendem a conservar características do estágio anterior do continuum. (Ferreira, 2017, p.127)

Diante disso, compreendemos que os trabalhos de Neves (2011) e Ferreira (2017) são fundamentais para preencher lacunas deixadas pelas gramáticas tradicionais analisadas neste estudo acerca das cláusulas introduzidas por *quando*, tradicionalmente classificadas como orações adverbiais temporais. A partir da observação crítica desses trabalhos, compreendemos que construções com a conjunção *quando* podem apresentar distintas relações lógico-semânticas, quando analisadas pela perspectiva funcional-discursiva. Por outro lado, esses dois estudos não mencionam a existência de cláusulas introduzidas por *quando* desvinculadas de uma oração principal, situação bastante recorrente no português brasileiro contemporâneo evidenciada nos dados analisados neste trabalho. Na busca de cobrir essas carências, exploramos o trabalho de Cavalcante e Rodrigues (2018), em que os autores analisam cláusulas hipotáticas circunstanciais temporais desgarradas nos chamados *memes quando*.

(excluem-se as que são argumentos do verbo), as participiais (orações reduzidas de participio) e as adjetivas não-restritivas (as tradicionais explicativas).” (Ferreira, 2017, p.122)

A partir de uma análise de cunho funcionalista, os pesquisadores retomam o conceito de hipotaxe, também utilizado por Ferreira (2017), para evidenciar que a subordinação acarreta um alto grau de dependência sintática que as cláusulas temporais não exprimem, uma vez que elas “(...) não fazem parte da estrutura argumental das cláusulas às quais se vinculam, apresentando mobilidade.” (Cavalcante e Rodrigues, 2018, p.519). Sendo assim, as cláusulas iniciadas por *quando* são definidas como hipotáticas, ou seja, não são constituintes de outra.

Diante disso, Cavalcante e Rodrigues (2018) apontam para a impossibilidade de adotar a abordagem tradicional quando se trata dessa relação de dependência, tendo em vista as manifestações reais da língua em uso de estruturas prototípicas de orações subordinadas adverbiais temporais, desvinculadas de uma oração principal. Para ilustrar essas ocorrências, os autores se utilizam de um *corpus* específico: *memes*² *quando*, coletados no *site* de pesquisa *Google* e na rede social *Instagram*. Um exemplo apresentado no trabalho é o da Figura (2).

Figura 2- Exemplo de oração tipicamente subordinada desvinculada de uma principal



Fonte: Cavalcante e Rodrigues (2018, p. 520)

A figura (2) evidencia um caso de cláusula iniciada por *quando* bastante presente no português brasileiro contemporâneo, sobretudo em textos veiculados em redes sociais. Ao analisarmos a cláusula presente em (2), “*Quando eu pego alguém tentando desbloquear meu celular*”, percebemos que estamos diante de uma cláusula estruturalmente muito similar às denominadas pelas GTs como subordinadas adverbiais temporais. No entanto, os autores salientam que a impossibilidade de a classificar de tal forma se confirma pela ausência de uma oração principal plena no texto à que esta poderia estar vinculada e reforçam que, ainda assim, o evento comunicativo não sofre qualquer prejuízo, visto que a imagem que sucede a cláusula iniciada pelo *quando* apoia a comunicação de forma efetiva, permitindo, inclusive, inferir uma

² “constitui um tipo de texto conhecido na internet como meme, termo cuja origem vem do grego mimeme, com significado de imitação (BLACKMORE, 1999, p. 43).” (Cavalcante e Rodrigues, 2018, p.522)

possível cláusula pertencente à construção: “*Quando eu pego alguém tentando desbloquear meu celular, eu tento matá-lo*” (Cavalcante e Rodrigues, 2018, p.520).

Perante esse cenário, Cavalcante e Rodrigues (2018) seguem suas análises pela ótica do *desgarramento contextual*, em que esse tipo de cláusula temporal constitui uma unidade de informação que, funcionando como um adjunto, pode desgarrar-se da cláusula núcleo e se deprender em um contexto, podendo ser reconstruída ou inferida pelo leitor. Por outro lado, ao analisarmos os dados coletados neste trabalho, encontramos orações introduzidas por *quando* em *memes* cuja reconstrução de uma possível oração principal é impossível, fato que parece reforçar o caráter independente desse tipo de cláusula.

Em suma, podemos constatar que as descrições linguísticas funcionais de Neves (2011), Ferreira (2017) e Cavalcante e Rodrigues (2018) são essenciais para ampliar as descrições das Gramáticas Tradicionais acerca de orações introduzidas por *quando*. A partir do trabalho de Neves (2011), foi possível compreender essas orações como estruturas que têm a capacidade de implicar distintas relações lógico-semânticas a partir dos conceitos de simultaneidade e não simultaneidade. Ferreira (2017) complementa, de certa maneira, a descrição de Neves (2011), ao apresentar uma análise com base nas relações entre orações; assim, a autora reforça o caráter neutro do *quando*, uma vez que esse pode estar presente em cláusulas com distintas relações (temporal, condicional, causal, conclusivo e proporcional).

Mas foi apenas em Cavalcante e Rodrigues (2018) que encontramos uma discussão dos casos de cláusulas introduzidas por *quando* que podem aparecer de forma independente sintaticamente, ou seja, sem uma principal em seu contexto e, dessa forma, se apoiando em fatores contextuais. No entanto, ao trabalharem com o conceito de desgarramento, os estudiosos apontaram para a possibilidade de reconstrução da oração principal por inferência. Essa possibilidade, contudo, nem sempre se aplica aos dados do *corpus* investigado neste trabalho, como mostraremos nas próximas seções.

Após essa breve revisão acerca do tema, apresentaremos, na próxima seção, os pressupostos teóricos nos quais embasamos nossas hipóteses e a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

Nesta seção, descrevemos os pressupostos teóricos com base no funcionalismo a partir dos estudos de Heine *et al.* (2017), Kaltenböck (2019) e Rodrigues (2024). Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

3.1 Funcionalismo

Para esta monografia, adotamos a ótica do funcionalismo linguístico como fundamentação teórica. Tendo em vista a análise de um *corpus* de manifestação real da língua, assumimos, junto à perspectiva funcional, que os falantes (escreventes) lançam mão das estruturas linguísticas disponíveis na gramática para cumprir propósitos comunicativos específicos, nas mais diversas situações de interação.

Ao realizar análises na visão funcionalista, entendemos que as estruturas gramaticais são desenvolvidas a partir das interações provocadas pelo falante da língua com suas devidas intenções, e essas intenções são responsáveis por manipular diretamente as estruturas linguísticas. Segundo Pezatti (2011),

A linguística funcional (...) encontra bases explanatórias na função que exercem as unidades estruturais e em processos diacrônicos recorrentes que têm, em sua maioria, motivação funcional. A linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise, comunicativas. (Pezatti, 2011, p. 168)

Além disso, considerar a relação dos componentes linguísticos, como a sintaxe, com os demais, como a semântica e a pragmática, é essencial nas pesquisas funcionalistas, pois essa compreende a linguagem e o uso em contextos como indissociáveis para a explicação de fenômenos linguísticos. A relação entre sintaxe e pragmática é fundamental para esta pesquisa, na medida em que examinamos cláusulas com estruturas incorporadas das construções do sistema gramatical que são reproduzidas em um contexto específico de *memes* em redes sociais, dialogando diretamente com uma imagem modificada por elas, assim assumindo sentidos próprios desse tipo de estrutura nesse contexto determinado.

O princípio de que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sociointeracional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos. (Pezatti, 2011, p. 168)

Dessa forma, as pesquisas funcionalistas têm como ponto de partida hipóteses verificadas a partir de manifestações reais da língua. Neste trabalho, utilizamos essa abordagem ao analisarmos textos escritos retirados de redes sociais na internet para verificar as hipóteses acerca do processo de insubordinação de orações introduzidas por *quando*, uma vez que consideramos que essas cláusulas refletem manifestações reais dos falantes (escreventes) do português brasileiro e exigem uma relação entre sintaxe e pragmática para a realização de suas análises.

3.1.1 Gramática tética e ancoragem discursiva

Segundo Heine *et al.* (2017), uma *unidade cooptada* é uma unidade linguística que foi transferida de um domínio discursivo para outro e é aceita pelos usuários da língua, mesmo que tenha perdido constituintes sintáticos, se distanciando de sua forma canônica. Para esclarecer esse processo de *cooptação*, é necessária a compreensão dos dois domínios apresentados pelos autores que compõem a Gramática do Discurso: a Gramática da Sentença e a Gramática Tética.

A Gramática da Sentença possibilita a criação de sentenças a partir do conhecimento das construções. Para isso, se constitui em partes do discurso como sentenças, cláusulas, sintagmas, palavras, entre os demais constituintes que se relacionam morfossintaticamente entre si. Já a Gramática Tética é formada por constituintes, chamados *téticos*, que ocorrem desconectados sintaticamente de seus enunciados, e, também, pela capacidade de realizar a *cooptação* de novos *téticos* originários da Gramática da Sentença.

A partir desses conceitos, assumimos que as cláusulas introduzidas por *quando*, reunidas no *corpus* desta pesquisa, são unidades que sofreram *cooptação*, ou seja, são constituintes que foram transferidos entre domínios, se distanciaram de sua forma prototípica para produzir significados próprios, se configurando, portanto, como *téticos*.

Canonicamente, cláusulas introduzidas por *quando* são compreendidas como orações subordinadas adverbiais, que vêm articuladas a uma cláusula principal dentro do período em que ocorrem (cf. seção 2 deste trabalho). Sendo assim, para lidar com as ocorrências no português brasileiro escrito dessas cláusulas que se manifestam de forma isolada, como as que encontramos na nossa pesquisa, recorreremos à noção teórica de unidades *téticas* que sofreram *cooptação*. São algumas propriedades dos *téticos*:

- a. São sintaticamente independentes.
- b. Tendem a ser destacados prosodicamente do restante de um enunciado.
- c. Seu significado é não restritivo.

- d. Tendem a ser posicionalmente móveis.
- e. Sua estrutura interna é construída com base em princípios da Gramática da Sentença, mas pode ser ‘elíptica’. (Kaltenböck *et al.*, 2011, p.853)

Destacamos, para os dados analisados nesta monografia, as propriedades (a), (c) e (e), pois: lidamos com cláusulas sintaticamente independentes, que funcionam de forma independente no contexto em que são produzidas (propriedade a); os significados dessas cláusulas não são restritivos, já que elas não estão encaixadas em outro constituinte e funcionam como um comentário que expressa uma reação em relação a uma situação específica (propriedade c); temos uma estrutura interna de cláusula similar às subordinadas da Gramática da Sentença por conta de suas características formais (presença da conjunção *quando*), porém sem o componente típico a que essas cláusulas se vinculam, a oração principal, “perdida” no processo de cooptação (propriedade e). A propriedade (b) não se verifica porque estamos lidando com dados de escrita, e a (d) também não pode ser analisada no tipo de ocorrência que está sendo estudada, pois a associação da cláusula se dá com uma imagem que geralmente é antecedida pela cláusula.

Além disso, os autores afirmam que os constituintes perdidos de uma *unidade cooptada* (UC) podem ser recuperados a partir de um hospedeiro (enunciado no qual é alocada a *unidade cooptada*) ou da situação do discurso. Para melhor compreendermos essa recuperação, é preciso recorrer ao conceito de *ancoragem*, apresentado em Heine *et al.* (2017):

A função comunicativa de uma UC resulta da interação do significado da UC com o de sua âncora textual (se houver) ou com um contexto específico. Através da ancoragem, o falante estabelece uma ligação semântico-pragmática seja com um trecho particular no discurso ou com um contexto específico. (Heine *et al.*, 2017, p. 821)

Para analisar os dados desta pesquisa, adotamos o conceito presente em Heine *et al.* (2017) de *unidade cooptada* ancorada no contexto sem hospedeiro, uma vez que o *corpus* analisado demonstra unidades que funcionam de forma autônoma, cujo significado é construído a partir da situação discursiva em que estão ancoradas. Heine *et al.* (2017) ainda reforça que essas estruturas diferem das construções da Gramática da Sentença visto que não são completas estruturalmente, pois apesar de terem aparência de cláusulas tipicamente subordinadas, aparecem sem uma cláusula principal. Ainda sobre essas estruturas, apresentamos, na seção 3.1.2, o conceito de *insubordinação*.

3.1.2 Insubordinação

Além dos conceitos de *Gramática Tética* e *ancoragem* apresentados na seção 3.1.1, outra noção relevante para esta pesquisa é a de *insubordinação* de orações, proposta inicialmente por Evans (2007).

Evans (2007) aponta, em seu trabalho, para a necessidade de considerar, nos estudos linguísticos, a ocorrência de cláusulas formalmente consideradas como subordinadas, que, no entanto, funcionam com autonomia sintática e independência semântica, uma vez que essas foram por muitas vezes ignoradas pelas gramáticas de referência, sendo tratadas como estruturas marginalizadas. Em relação às características formais dessas cláusulas que as assemelham com as subordinadas, destacamos a introdução por elementos complementadores, como *que* e *se*, e, como principal diferença em relação às subordinadas, enfatizamos que as *insubordinadas* não se ligam a uma oração principal dentro do período em que ocorrem.

Além disso, Evans (2007) propõe que as cláusulas insubordinadas se formaram a partir de um processo diacrônico em que a oração principal sofreu eclipse. Para a análise dos dados desta pesquisa, desconsideramos a hipótese da eclipse apresentada por Evans (2007), tendo em vista a compreensão de que as estruturas apresentadas pelo autor como *insubordinadas* podem ser consideradas, do ponto de vista sincrônico, como unidades téticas a partir do que apresentamos na subseção anterior, em que assumimos que essas estruturas foram cooptadas do domínio da Gramática da Sentença para a Gramática Tética, funcionando de forma independente com significado próprio, construído a partir do processo de ancoragem discursiva. Sendo assim, para melhor analisar os dados coletados para este trabalho, verificamos as cláusulas introduzidas por *quando* a partir da perspectiva do fenômeno da *insubordinação*, apontado por Evans (2007), como ocorrência de cláusulas que, apesar de possuírem características estruturais de subordinadas, funcionam de forma autônoma sintaticamente, sem uma principal. Alternativamente à proposta de Evans (2007), seguimos, neste estudo, a proposta delineada por Kaltenböck (2019), de caráter sincrônico, para descrever as orações insubordinadas do inglês. Nesta monografia, seguimos a proposta deste último autor, entendendo, conforme Rodrigues (2024), que há dois padrões utilizados na literatura para abordar a insubordinação:

A noção de insubordinação geralmente usada na literatura envolve um padrão diacrônico e um sincrônico. Pelo padrão diacrônico, uma cláusula anteriormente subordinada passa a ser usada independentemente (proposta

original de Evans, 2007) e, pelo padrão sincrônico, uma cláusula independente é estruturalmente similar a uma subordinada (proposta de Cristofaro, 2016, por exemplo). (Rodrigues, 2024, p.218).

Kaltenböck (2019), por meio de uma abordagem baseada no uso da língua, defende uma ligação direta entre o uso concreto da linguagem e categorias linguísticas mentais convencionalizadas a partir de padrões recorrentes no uso. Para o autor, mesmo que estruturas linguísticas sejam derivadas de manifestações reais da língua, essas também exercem influência sobre o uso. Kaltenböck (2019) considera dois tipos de descrição linguística acerca do enunciado, o nível do uso e o nível da estrutura sintática, e conclui que a relação dessas diferentes descrições de enunciados como um evento comunicativo e um padrão estrutural específico é capaz, inclusive, de provocar mudanças linguísticas. Essas análises permitiram ao autor categorizar diferentes níveis de dependência sintática e pragmática entre cláusulas, conforme ilustra o quadro na figura (3):

Figura 3 - Tipos de cláusulas formalmente subordinadas (em inglês)

Estrutura:	Sintaticamente independente não é constituinte de uma estrutura maior	Sintaticamente dependente é constituinte de uma estrutura maior
	Pragmaticamente independente uso 'primário'	Pragmaticamente dependente uso 'secundário'
	Insubordinação Autônoma	Insubordinação Elaborativa
		Subordinação

Fonte: Kaltenböck (2019, p. 175)

Como podemos perceber, Kaltenböck (2019) apresenta três tipos de cláusulas formalmente subordinadas em relação aos seus níveis de dependência sintática e pragmática. Para esta pesquisa, adotaremos o conceito de *insubordinação elaborativa*, que, diferentemente da *insubordinação autônoma*, se verifica nas cláusulas que não podem ocorrer de forma totalmente isolada, como um evento comunicativo de significado próprio. Para o autor, na *insubordinação elaborativa*, as cláusulas formalmente subordinadas são sintaticamente independentes, mas pragmaticamente dependentes. Observamos que os dados analisados neste trabalho se enquadram no conceito de *insubordinação elaborativa* proposto pelo autor, tendo em vista a natureza das cláusulas introduzidas por *quando*, que são sintaticamente independentes, mas que revelam dependência pragmática da situação comunicativa.

A respeito da dependência pragmática dessas cláusulas, vale ressaltar a colocação de Kaltenböck (2019), que pontua que as *insubordinadas elaborativas* não necessariamente estão relacionadas a um cotexto (material linguístico expresso anteriormente), mas podem também

se relacionar a um contexto pragmático que é elaborado em alguma medida pela insubordinada. Essa natureza elaborativa é relevante para esta pesquisa, tendo em vista os dados que foram analisados, constituídos de cláusulas introduzidas por *quando* no português brasileiro contemporâneo que funcionam de forma autônoma e estão ancoradas em elementos não verbais (imagens).

Para concluir a apresentação dos pressupostos teóricos desta monografia, cabe mencionar, ainda, o trabalho de Rodrigues (2024), que descreve, sob a ótica do funcionalismo, o fenômeno da insubordinação, identificando seus padrões formais e funções pragmáticas a partir de exemplos do português brasileiro escrito. Antes de adentrarmos nos padrões e funções propostas por Rodrigues (2024), vale ressaltar o posicionamento da autora (com o qual concordamos) no que diz respeito à adoção do termo *insubordinada*.

(...) do ponto de vista descritivo, denominar tanto os casos em que há material linguístico antes a ser recuperado como também informações que extrapolam o nível sentencial e que ajudam na compreensão do fenômeno, permite englobar um número muito maior de dados e estão em consonância com a premissa de que a insubordinação tem um escopo muito mais abrangente, ideia com a qual concordamos. Por isso que Rodrigues (2022) abandonou a distinção já feita entre desgarramento cotextual, contextual e inerentemente pragmático e, ainda, entre desgarramento e insubordinação, para atualmente reunir todas as manifestações estruturais da materialização linguística de estruturas que, mesmo guardando semelhanças com as subordinadas, são usadas de forma independente, sob o rótulo de insubordinadas. (Rodrigues, 2024, p. 222- 223)

Para este trabalho, interessa o conceito de insubordinação discursiva, que, segundo a autora, parafraseando Mithun (2019), são cláusulas independentes de uma oração matriz, tanto na língua falada quanto escrita, e o seu contexto é a situação do discurso. Rodrigues (2024) reforça que, por meio desse contexto, é possível codificar uma posição do falante em relação à proposição, conforme o que foi proposto por Gras (2016), e apresenta o seguinte exemplo, reproduzido na figura (4):

Figura 4 – Exemplo insubordinação discursiva “Quando a fofoca vem com print”



Fonte: Rodrigues (2024, p.225)

A partir do exemplo da figura (4), Rodrigues (2024) assume que o padrão da insubordinação discursiva é, nesse caso, introdutor *quando* + SN (“a fofoca”) + SV (“vem com print”). Neste trabalho, utilizamos o estudo de Rodrigues (2024) como base para estimular nossa pesquisa acerca dos possíveis padrões ocorrentes no português brasileiro escrito contemporâneo, sobretudo em casos como o da figura (4), uma vez que o *corpus* adotado consiste nesse tipo de manifestação da linguagem na internet, conhecido popularmente sob o termo *meme*.

Após a apresentação dos pressupostos teóricos desta monografia, descrevemos, a seguir, a metodologia adotada. Além disso, detalhamos informações sobre o *corpus* examinado, os procedimentos de coleta e os parâmetros de análise utilizados.

3.2 Metodologia

3.2.1 *Corpus* analisado

Para esta pesquisa, constituímos um *corpus* de postagens publicadas entre os anos de 2020-2025 nas plataformas digitais do Instagram, Facebook e X (antigo Twitter), que foram registradas no programa Planilhas do *Google*. Escolhemos trabalhar com postagens das redes sociais por considerar que nos ambientes virtuais há vasta manifestação do uso real da língua portuguesa escrita contemporânea; partindo da perspectiva de análise funcionalista, compreendemos como fundamental uma pesquisa que se preocupe com expressões legítimas dos falantes do português brasileiro. Além disso, a partir da experiência individual com essas redes sociais e das evidências apresentadas por Cavalcante e Rodrigues (2018) e Rodrigues (2024), percebemos que as situações comunicativas dos memes são um ambiente propício à ocorrência das cláusulas insubordinadas com *quando*.

Ao realizarmos a coleta de dados, observamos ocorrências de cláusulas iniciadas por *quando* nessas redes sociais, especificamente em textos do gênero *meme*, já anteriormente mencionado na seção 2.2. Por *meme*, compreendemos, conforme a definição encontrada em Cavalcante e Rodrigues (2018), um texto de características específicas, que se replica através do tempo atingindo maior alcance por conta do seu alto poder de propagação. Acrescentamos também que os *memes* adotados para análise são compostos por uma parte linguística, a cláusula introduzida por *quando*, e uma parte não linguística, que varia entre foto, desenho, vídeo ou montagem.

Inicialmente, coletamos dados do X e do Facebook por meio da ferramenta de busca dessas plataformas buscando por “quando eu”, “memes quando”, “eu quando” e “quando”, enquanto, no Instagram, a coleta foi aleatória, à medida que esses *memes* apareciam em nossos *feeds* e capturávamos a tela. Com isso, reunimos 166 ocorrências de *memes quando* em uma pasta virtual do *Google Drive*, a fim de coletar um número significativo que pudesse viabilizar uma análise quantitativa. Posteriormente, organizamos os dados em uma planilha virtual do programa Planilhas do *Google*. Em relação às plataformas escolhidas para a organização dos dados obtidos, optamos pelo *Google Drive* e Planilhas do *Google* tendo em vista a possibilidade de acesso e compartilhamento, a gratuidade de uso da ferramenta e a rápida atualização dos dados, via internet, a partir do acesso de diferentes computadores. Dessa forma, foi possível a manipulação dos dados no formato de planilha, na qual foi possível alocar os 166 dados seguidos dos parâmetros de análise, descritos na subseção 3.2.2.

3.2.2 Parâmetros de análise

Os parâmetros utilizados para a análise do *corpus* desta pesquisa foram: pontuação final e letra inicial, tempo e modo verbal, presença de material linguístico antes da cláusula *quando*, padrões sintáticos, estrutura sintática interna da cláusula-*quando* insubordinada, natureza da figura em que a cláusula está ancorada e presença de material linguístico dentro da figura. Nesta seção, descrevemos esses parâmetros de acordo com nossos objetivos e hipóteses acerca de cada um. Além disso, expomos exemplos de dados que foram extraídos do *corpus*.

3.2.2.1 Pontuação final e letra inicial

Optamos por registrar a presença e ausência dos aspectos gráficos de pontuação final e letra inicial devido ao fato de que, tradicionalmente, eles são sinalizadores sintáticos dos limites do período gráfico na escrita. A partir desses parâmetros, postulamos a hipótese de que as cláusulas-*quando* insubordinadas são, regularmente, iniciadas por letra maiúscula e encerradas por sinais de pontuação terminativos (ponto, exclamação, interrogação e reticências), já que ocorrem de forma isolada, sem ligação a uma principal.

Figura 5 – Exemplo cláusula iniciada por letra maiúscula e encerrada por ponto final
 “Quando a psicóloga diz que eu tenho que ser mais flexível.”



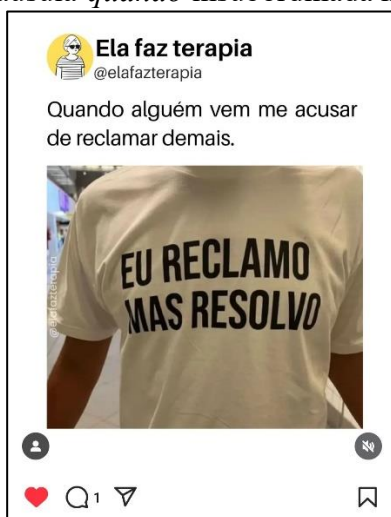
Fonte: Instagram @elafazterapia

Para exemplificar esses parâmetros, apresentamos a figura (5), em que se evidencia o início com letra maiúscula e o uso de ponto final para finalizar a cláusula “Quando a psicóloga diz que eu tenho que ser mais flexível.”.

3.2.2.2 Tempo e modo verbal

Consideramos como parâmetros a configuração de tempo e modo verbais utilizados nas cláusulas-*quando* analisadas a fim de, a partir da descrição e quantificação realizada dessa informação gramatical, verificar quais tempos e modos verbais seriam os mais frequentes. Conforme apresentado em 2.2, Neves (2011) evidencia a recorrência do tempo presente ou pretérito imperfeito do indicativo no sentido condicional eventual das orações temporais simultâneas que configuram habitualidade. A partir disso, postulamos como hipótese que as cláusulas-*quando*, presentes nos *memes* analisados nesta pesquisa, seguem esse padrão, ou seja, majoritariamente, ocorrem no tempo presente ou pretérito perfeito do modo indicativo.

Figura 6 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada no presente do indicativo



Fonte: Instagram @elafazterapia

A figura (6) ilustra a manifestação da cláusula-*quando* insubordinada “Quando alguém vem me acusar de reclamar demais.” no tempo presente do modo indicativo.

3.2.2.3 Presença de material linguístico antes da cláusula-*quando*

Esse parâmetro teve como objetivo verificar a presença de material linguístico no entorno da cláusula-*quando* e examinar o tipo de relação sintática entre eles. Diante disso, delineamos a hipótese de que as cláusulas-*quando* insubordinadas ocorrem, predominantemente, isoladas, ou seja, sem a presença de material linguístico em seu redor. Logo, nos casos em que houvesse material linguístico externo, a cláusula estabeleceria uma relação discursiva com esse material, e não sintática.

Figura 7- Exemplo com material linguístico anterior à cláusula-*quando*



Fonte: Instagram: @humdoideo

No exemplo da figura (7), podemos visualizar a manifestação de material linguístico antes da cláusula *quando*. Trata-se do uso do pronome pessoal de primeira pessoa do singular “Eu”, que antecede a cláusula *quando* “quando vejo a minha cama”.

3.2.2.4 Padrões sintáticos

Ao propor esse parâmetro, de caráter descritivo, objetivamos mapear os padrões estruturais segundo os quais as cláusulas *quando* insubordinadas se materializam no *corpus* analisado. Assim, podemos visualizar, sistematicamente, as distintas possibilidades de ocorrência, tanto em padrões em que há material linguístico externo ao domínio da cláusula examinada, quanto nas que não possuem esse material. A partir dessa análise, será possível verificar se há diferenças, em termos de frequência de uso, nos padrões estruturais das cláusulas insubordinadas em questão.

3.2.2.5 Estrutura sintática interna da cláusula-*quando* insubordinada

Ao examinar os dados a partir da estrutura sintática interna da cláusula-*quando*, buscamos observar a ocorrência de outras orações integradas sintaticamente a ela. Como hipótese, temos que as cláusulas-*quando* insubordinadas possuem, majoritariamente, uma estrutura interna simples, sem outras orações sintaticamente vinculadas a ela. Dessa forma, esperamos encontrar menor incidência de orações subordinadas e hipotáticas em seu interior. As orações coordenadas são sintaticamente independentes e, por isso, não configuram casos de estruturas vinculadas sintaticamente.

Vale ressaltar que, para analisarmos essas estruturas, compreendemos os conceitos de subordinação, coordenação e hipotaxe, a partir do seguinte apontamento de Rodrigues (2017):

As orações denominadas subordinadas ou encaixadas (...) são aquelas que são partes constituintes de outras, tais como as substantivas e as adjetivas restritivas; já as denominadas hipotáticas são aquelas que envolvem algum tipo de relação circunstancial, como condição, razão, propósito e, ainda, tempo, espaço, maneira, meio, como as adverbiais e as adjetivas explicativas; as paratáticas ou coordenadas não se encaixam em nenhuma outra (...). (Rodrigues, 2017, p. 77)

Figura 8 – Cláusula de estrutura interna simples
“Quando muita gente fala comigo ao mesmo tempo:”



Fonte: Facebook Dezinho

Para exemplificar este parâmetro, apresentamos a figura (8), em que a cláusula “Quando muita gente fala comigo ao mesmo tempo” exibe uma estrutura interna simples, com apenas uma oração.

3.2.2.6 Natureza da figura em que a cláusula está ancorada

Visamos, com o controle desse parâmetro de caráter descritivo, registrar os tipos de material contextual não verbal que acompanham as cláusulas-*quando* insubordinadas no *meme*. Assim, conseguimos controlar os distintos tipos recorrentes desse material. Dividimos esses tipos de figura em seis categorias a partir do que foi evidenciado na coleta de dados. As categorias foram: charge, desenho, foto, montagem, pintura e vídeo.

Optamos por distinguir esses elementos, pois tinham características relevantes que configuravam imagens de naturezas distintas. Vale mencionar que consideramos, na categoria montagem, imagens fictícias criadas por humanos ou inteligência artificial e a diferenciamos da categoria desenho de acordo com o contexto em que aquela imagem foi produzida, tendo em

vista que a categoria desenho também abarca imagens fictícias. Assim, quando a imagem fictícia pertence a alguma produção audiovisual, como, por exemplo, desenhos animados de televisão, essa não se enquadraria na categoria montagem, mas em desenho. Enquanto imagens fictícias criadas apenas no contexto de produção de *memes* se alocaram na categoria montagem.

A categoria vídeo foi contemplada neste trabalho, visto que há vasta manifestação de cláusulas-*quando* insubordinadas nesse formato, ainda que não fosse viável exemplificarmos neste texto os vídeos em sua totalidade. Portanto, para que fosse possível a coleta e análise desse material, consideramos capturas de tela dos vídeos encontrados. Para ilustrar cada categoria de imagem temos as figuras de (9) a (14).

Figura 9 – Exemplo categoria charge



Fonte: X @PedroRonchi2

Figura 10 – Exemplo categoria vídeo



Fonte: Instagram @isaiaas

Figura 11 – Exemplo categoria pintura



Fonte: Instagram @humdoideo

Figura 12 – Exemplo categoria montagem



Fonte: Instagram @memesbrasil

Figura 13 – Exemplo categoria desenho



Fonte: Instagram @sincerooficial

Figura 14 – Exemplo categoria foto

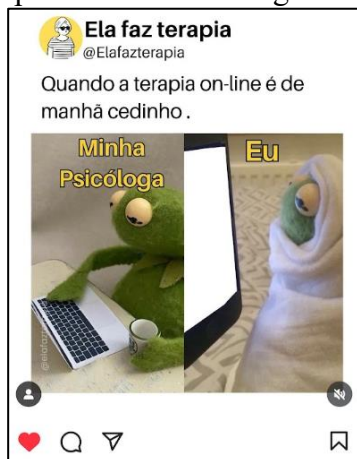


Fonte: Instagram @sincerooficial

3.2.2.7 Presença de material linguístico dentro da figura

Com esse parâmetro, também voltado para a parte imagética dos dados, objetivamos observar se, dentro do material contextual não verbal, havia material linguístico e, caso houvesse, analisar se esse material estabeleceria relação sintática com a cláusula-*quando* insubordinada. Como hipótese, esperamos que as cláusulas-*quando* insubordinadas tipicamente se ancoram em materiais não verbais que não contêm material linguístico. Nos casos em que há material linguístico, a cláusula estabelece uma relação discursiva com esse material, e não sintática.

Figura 15– Exemplo com material linguístico dentro da figura



Fonte: Instagram @elafazerapia

A figura (15) exemplifica a ocorrência de uma cláusula-*quando* insubordinada “Quando a terapia on-line é de manhã cedinho.” ancorada a um material não verbal que contém materiais linguísticos: “Minha Psicóloga”; “Eu”.

Após explicitarmos a fundamentação teórica e descrever a metodologia aplicada nesta monografia, apresentamos, na seção 4, a análise dos dados coletados e os principais resultados quantitativos obtidos. Além disso, também evidenciamos aspectos qualitativos de algumas ocorrências específicas de cláusulas-*quando* insubordinadas presentes no *corpus* desta pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, analisamos os resultados obtidos na pesquisa acerca dos usos das cláusulas-*quando* insubordinadas em memes das redes sociais e verificamos nossas hipóteses a partir dos pressupostos teóricos apresentados na seção 3. Organizamos a presente seção de modo a contemplar, em 4.1, os resultados quantitativos segundo os parâmetros de análise descritos em 3.2.2 e, em 4.2, as observações qualitativas de algumas ocorrências específicas.

4.1 Resultados quantitativos

O *corpus* desta monografia totalizou 166 ocorrências de cláusulas-*quando* insubordinadas em *memes*. Esses dados foram retirados de três redes sociais: Instagram (130 ocorrências, 78,3% dos dados), X (20 ocorrências, 12% dos dados) e Facebook (16 ocorrências, 9,6% dos dados). Dentre essas redes sociais, o Instagram apresenta uma natureza mais direcionada para conteúdos visuais, diferentemente do Facebook e do X, que admitem publicações de natureza exclusivamente textual. Por conta disso, podemos justificar a maior ocorrência de cláusulas-*quando* insubordinadas na plataforma do Instagram, tendo em vista que essas são comumente vinculadas a uma imagem, portanto, se manifestam com maior frequência em redes sociais que privilegiam esse tipo de conteúdo.

4.1.1 Aspectos gráficos

Conforme evidenciado na subseção 3.2.2.1, as marcações gráficas de letra maiúscula e pontuação terminativa tradicionalmente indicam o domínio sintático do período. Tendo em vista o isolamento sintático das cláusulas-*quando* insubordinadas, apresentamos a hipótese de que as cláusulas reunidas no *corpus* desta pesquisa seriam iniciadas por letra maiúscula e encerradas em sinais de pontuação terminativos.

Tabela 1

Letra inicial	Oco	%
maiúscula	131	78,9%
minúscula	35	21,1%
Total	166	

Tabela 2

Pontuação final	Oco	%
dois pontos	15	9,0%
exclamação	1	0,6%
ponto final	24	14,5%
reticências	7	4,2%
sem pontuação	119	71,7%
Total	166	

Ao analisarmos os resultados obtidos nas tabelas 1 e 2, constatamos que, majoritariamente, as cláusulas insubordinadas nos *memes quando* se iniciam por letra maiúscula, em 131 ocorrências (78,9% dos dados), mas se encerram sem pontuação, em 119 ocorrências (71,7% dos dados). Dessa forma, nossa hipótese se confirmou parcialmente visto que a presença de sinais de pontuação terminativos – ponto final (14,5%), reticências (4,2%) e exclamação (0,6%) – somam apenas 19,3% dos dados. Enquanto isso, os dois pontos, sinal não terminativo de período, apareceram em 15 ocorrências (9% dos dados).

A ausência de pontuação nas cláusulas analisadas pode ser justificada pelo contexto da escrita digital que admite manifestações que fogem do sistema normativo de pontuação. Nesses ambientes de escrita digital, a indicação de final de período é dada pelo “espaço em branco”, visto que após a cláusula não há mais nenhum material linguístico. Assim, a delimitação gráfica é feita pela ausência de texto, seguido da imagem.

Além disso, acreditamos que a majoritária ausência de pontuação nas cláusulas em análise reforça o caráter elaborativo apresentado por Kaltenböck (2019): essas cláusulas insubordinadas se ancoram pragmaticamente às figuras que as acompanham, elaborando-as em alguma medida. Esse fato pode ser observado na figura (16), em que a cláusula “quando me chamam de “senhora” mesmo eu sendo uma adolescente de 32 anos” ocorre sem pontuação, ancorada à figura. O mesmo se verifica na figura (17), em que a cláusula “Quando o chefe esquece que é o chefe e se diverte com os funcionários” ocorre iniciada por letra maiúscula e é encerrada sem pontuação, dialogando diretamente com a imagem a que se vincula e produzindo um efeito comunicativo exclusivo, resultante da relação entre cláusula e imagem.

Figura 16– Exemplo de cláusula-*quando* iniciada por letra minúscula sem pontuação final



Fonte: X @meltedvideos

Figura 17– Exemplo cláusula-*quando* iniciada por letra maiúscula sem pontuação final



Fonte: Facebook A HORA DO MEDO

4.1.2 Tempo e modo verbal

Conforme mencionado na subseção 3.2.2.2, Neves (2011) evidencia como o tempo presente ou pretérito imperfeito do indicativo são recorrentes em cláusulas temporais de sentido condicional eventual simultâneas que configuram habitualidade. A partir disso, postulamos como hipótese que as cláusulas-*quando*, presentes nos *memes* analisados nesta pesquisa, seguem esse padrão, ou seja, se apresentam, em maioria, no tempo presente ou pretérito imperfeito do modo indicativo.

Tabela 3

Tempo/mo do verbal	Oco.	%
futuro do subjuntivo	2	1,2%
presente do indicativo	155	93,4%
pretérito imperfeito do indicativo	2	1,2%
pretérito perfeito do indicativo	7	4,2%
Total	166	

A tabela 3 apresenta como resultado a predominância do uso do presente do indicativo nas cláusulas-*quando* insubordinadas coletadas nesta pesquisa, com 155 ocorrências (93,41% dos dados). Essa conclusão confirma nossa hipótese, com base em Neves (2011), de que as cláusulas *quando* insubordinadas são apresentadas majoritariamente no tempo presente do indicativo por assumirem caráter condicional eventual, um indicador de habitualidade. Os tempos pretérito perfeito do indicativo (4,2%), pretérito imperfeito do indicativo (1,2%) e futuro do subjuntivo (1,2%) tiveram baixas ocorrências na nossa planilha de dados. As figuras (18) e (19) apresentam, respectivamente, cláusulas no tempo presente e pretérito imperfeito do indicativo, que expressam caráter condicional eventual.

Figura 18 – Exemplo cláusula no presente do indicativo de caráter condicional eventual



Fonte: X @meltedvideos

Figura 19 – Exemplo cláusula no pretérito imperfeito de caráter condicional eventual



Fonte: Instagram @sincerooficial

Em ambas as figuras, podemos perceber o caráter condicional eventual indicador de habitualidade, pois é possível compreender os eventos descritos nas cláusulas como situações recorrentes que acontecem (tempo presente) ou aconteciam (tempo pretérito imperfeito) com frequência, confirmando a proposta de Neves (2011) de que essas cláusulas temporais de caráter condicional eventual configuram habitualidade. No caso das cláusulas analisadas, ainda podemos explorar a relação de simultaneidade descrita por Neves (2011), diante do sentido condicional eventual, a partir da relação dessas com as imagens que as sucedem: o sentido produzido pela leitura da imagem elaborada pela cláusula remete a situações que ocorrem simultaneamente aos eventos descritos pelas cláusulas-*quando*. Em outras palavras, isso significa que, com base no exemplo da figura (19), podemos dizer que o escrevente revela uma identificação com a reação do personagem exposta na imagem que se repetia toda vez em que esse ia dormir na infância após assistir ao programa de televisão *Linha Direta*.

4.1.3 Presença de material linguístico antes da cláusula *quando*

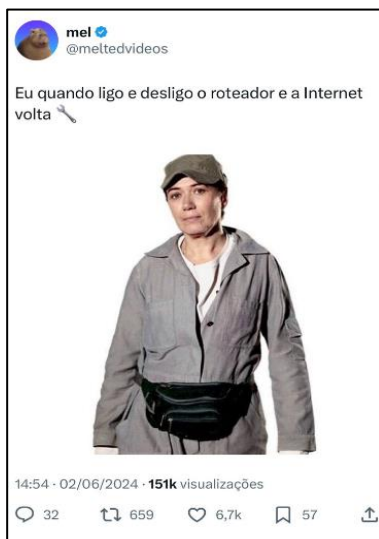
Na tabela 4, reunimos os resultados obtidos acerca da presença de material linguístico antes do introdutor *quando*. Nossa previsão era que as cláusulas subordinadas utilizadas nos memes das redes sociais ocorrem, predominantemente, de forma isolada, sem materiais linguísticos no seu entorno, fato que reforça sua autonomia sintática. De fato, constatamos que, na maioria dos casos analisados nesta pesquisa, as cláusulas possuem uma estrutura sem material linguístico antecedente à cláusula-*quando*.

Tabela 4

Material linguístico no entorno	Oco	%
ausente	141	84,9%
presente	25	15,1%
Total	166	

Foram 141 ocorrências de dados sem material linguístico no entorno da cláusula-*quando* subordinada (84,9%), em oposição a 25 ocorrências de dados com material linguístico nessa posição (15,1%). Esses resultados confirmam a hipótese postulada. Vale ressaltar que, dentre os 25 casos com material linguístico antecedendo *quando*, em 17 casos o sujeito da cláusula subordinada era correferente com esse material. A figura (20) exemplifica essa situação em que o material linguístico externo “Eu” é correferente com o sujeito *eu*, elíptico na cláusula “quando ligo e desligo o roteador e a Internet volta”.

Figura 20– Exemplo de cláusula-*quando* com sujeito correferencial ao material linguístico antecedente à cláusula



Fonte: @meltedvideos

Sendo assim, apenas 8 dos casos totais, são, de fato, material completamente externo à cláusula in subordinada *quando*, fato que também reforça nossa hipótese inicial. Além disso, podemos verificar a relação discursiva entre a cláusula e o material linguístico externo nos poucos casos em que ele ocorre, pois esse material não exerce relação gramatical sobre a cláusula-*quando* in subordinada. Podemos ilustrar esse aspecto com a figura (21), em que “Meu estômago” constitui uma construção de tópico discursivo, pois se destaca antes da cláusula in subordinada “quando eu saio de casa sem tomar café da manhã” não sendo um constituinte da cláusula, mas se relacionando discursivamente com ela.

Figura 21 – Exemplo de material linguístico externo como construção de tópico não correferente com o sujeito da cláusula-*quando*



Fonte: Instagram @sincerooficial

Além disso, também podemos evidenciar uma relação discursiva do tópico com a imagem apresentada abaixo da cláusula-*quando* in subordinada na figura (21). Isso porque o material topicalizado “Meu estômago” dialoga diretamente com o conteúdo da imagem, que apresenta uma pessoa vestindo uma camisa com uma estampa que provoca uma ilusão de ótica de um buraco na região do abdômen. Portanto, a leitura dessa imagem a partir do material linguístico “Meu estômago” é moldada para que o leitor faça a relação da imagem de um buraco com o contexto de um estômago “vazio” (com fome).

4.1.4 Padrões sintáticos

As tabelas 5 e 6 explicitam os distintos padrões sintáticos encontrados no *corpus* desta pesquisa. Para melhor descrição desses padrões, consideramos: SN = sintagma nominal sujeito

da cláusula-*quando* subordinada; SV = sintagma verbal predicador da cláusula-*quando* subordinada; X = material linguístico externo à cláusula-*quando* subordinada.

Tabela 5

Padrões sem material linguístico externo	Oco.	%
<i>quando</i> + SN + SV	113	80,1%
<i>quando</i> + SV	23	16,3%
<i>quando</i> + SV + SN	5	3,5%
Total	141	

Tabela 6

Padrões com material linguístico externo	Oco.	%
X + <i>quando</i> + SN + SV	4	16,0%
X + <i>quando</i> + SV	21	84,0%
Total	25	

Conforme apresentado nas tabelas 5 e 6, encontramos um total de cinco padrões sintáticos das cláusulas subordinadas em *memes quando*. Dentre esses cinco padrões, optamos por quantificá-los de duas maneiras: padrões sem X (tabela 5) e padrões com X (tabela 6). Como verificamos em 4.1.3, os padrões sem X totalizaram 141 ocorrências. Dentre essas, 113 exibem o padrão [*quando* + SN + SV], representando 80,1% dos dados. O padrão [*quando* + SV] apareceu em 23 dados (16,3%) e [*quando* + SV + SN] teve apenas 5 ocorrências (3,5% dos dados). Esses resultados vão ao encontro da proposta de Rodrigues (2024), mencionada em 3.1.2, na figura (4), com a cláusula “Quando a fofoca vem com print” na qual a autora atesta o mesmo padrão: [*quando* + SN + SV] em que SN = [a fofoca] e SV = [vem com print].

Os padrões com X tiveram o total de 25 casos e apareceram em dois padrões estruturais distintos. O mais recorrente, com 21 dados, foi [X + *quando* + SV] representando 84% dos casos com X, enquanto o padrão [X + *quando* + SN + SV] teve somente 4 ocorrências (16% dos dados). As figuras (22) e (23) exemplificam os dois padrões mais ocorrentes sem X e com X.

Figura 22 – Exemplo do padrão *quando* + SN + SV



Fonte: Facebook Dezinho

Figura 23 – Exemplo do padrão X + *quando* + SN + SV



Fonte: Instagram @udezinho

A figura (22) ilustra o padrão sem X que encontramos de forma mais recorrente [*quando* + SN + SV], em que SN = [eu] e SV = [já misturei os ingredientes do meu bolo e não tem gás]. Já a figura (23) exemplifica o padrão com X mais recorrente [X + *quando* + SV], em que X = [eu] e SV = [ignoram algo que contei com muita emoção].

4.1.5 Estrutura sintática interna da cláusula-*quando* insubordinada

Na tabela 7, reunimos os resultados obtidos acerca da estrutura sintática da cláusula-*quando* insubordinada. Esperamos que essas cláusulas-*quando* insubordinadas utilizadas nos memes das redes sociais apresentem, majoritariamente, uma estrutura interna simples, com menor incidência de orações subordinadas e hipotáticas em seu interior, fato que reforça sua autonomia sintática. De fato, constatamos que, na maioria dos casos analisados nesta pesquisa, as cláusulas possuem uma estrutura simples ou coordenada, que também é considerada independente.

Tabela 7

Estrutura sintática da cláusula	Oco.	%
simples	53	31,9%
complexa - coordenada	54	32,5%
complexa - hipotática	9	5,4%
complexa - subordinada	33	19,9%
complexa - subordinada ³ e coordenada	17	10,2%
Total	166	

³ Cabe ressaltar que também houve casos de estrutura complexa hipotática-coordenada, conforme ilustramos na figura 28.

A análise de estrutura sintática da cláusula in subordinada *quando* em *memes* teve como resultado, evidenciado na tabela 7, a predominância de estruturas complexas coordenadas (54 ocorrências, 32,5% dos dados) e simples (53 ocorrências, 31,9% dos dados). Esse resultado confirma nossa hipótese de que as cláusulas analisadas, em sua maioria, funcionam de forma independente sintaticamente, sem outras orações vinculadas a elas, reforçando o caráter autônomo das cláusulas in subordinadas evidenciado em 2.2, no estudo de Cavalcante e Rodrigues (2018). As ocorrências complexas subordinadas foram 33 (19,9% dos dados), complexas subordinadas e coordenadas foram 17 (10,2% dos dados) e complexas hipotáticas foram 9 (5,4% dos dados). A seguir, apresentamos um exemplo de cada estrutura encontrada na nossa pesquisa.

Figura 24 – Exemplo cláusula-*quando* in subordinada com estrutura interna simples



Fonte: Instagram @odezinhof

A figura (24) apresenta um exemplo de cláusula-*quando* in subordinada que analisamos como sendo de estrutura sintática simples. Em “Quando você se apaixonou novamente aos 30”, temos apenas um sintagma verbal (“se apaixonou”), correspondente ao predicador da cláusula.

Figura 25 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada com estrutura interna complexa-coordenada



Fonte: Instagram @odezinhof

Já na figura (25), encontramos um dado que categorizamos como sendo de estrutura complexa coordenada. Como podemos notar, em “Quando você sai de um problema e entra em outro”, há dois sintagmas verbais (“sai” e “entra”) que se articulam de forma independente, já que não existe relação gramatical entre as orações predicadas por eles. Consideramos, portanto, como um caso de estrutura interna complexa coordenada. Cabe ressaltar que, para efeitos de análise, nesse tipo de dado, optamos por focalizar sempre a primeira oração, que é formalmente iniciada pelo introdutor *quando*.

Figura 26 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada com estrutura interna complexa-hipotática



Fonte: Instagram @sincerooficial

Na figura (26), apresentamos um caso de cláusula-*quando* insubordinada com estrutura interna complexa-hipotática, “Quando eu paro pra refletir sobre o meu ano”. As orações “Quando eu paro” e “pra refletir sobre meu ano” se articulam pelo processo de hipotaxe, visto que a segunda oração, nucleada pelo sintagma verbal “refletir” é semanticamente dependente da primeira oração; porém, essa oração não se encaixa sintaticamente a que lhe antecede (cf. Rodrigues, 2017). Novamente, em dados como esse, para efeitos de análise da insubordinação, focalizamos a primeira oração, iniciada pelo *quando*.

Figura 27 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada com estrutura interna complexa-subordinada



Fonte: Instagram @luckluludog

Na figura (27), podemos evidenciar a cláusula-*quando* insubordinada em estrutura interna complexa-subordinada. Isso porque podemos identificar a articulação entre duas orações: “Quando minha humana pergunta” e “o que estou mastigando”, sendo a segunda dependente sintaticamente da primeira. Em termos de relações gramaticais, notamos que “o que estou mastigando” funciona como objeto direto do verbo da primeira oração, “Quando minha humana pergunta”. Para o exame da insubordinação, também consideramos, nesses casos, a cláusula encabeçada pelo *quando*.

Figura 28 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada com estrutura interna complexa-subordinada e coordenada



Fonte: Facebook Dezinho

A figura (28) ilustra um caso de cláusula-*quando* insubordinada com o que denominamos de “estrutura interna complexa-subordinada/hipotática e coordenada”. Tal categorização se deve ao fato de que, na estrutura interna da cláusula-*quando* insubordinada, encontramos dois processos de articulação de orações: “Quando eu acordo de madrugada” se combina hipotaticamente com “pra beber água”, além de estar coordenada com “mas as coisas saem do controle”.

4.1.6 Natureza da figura em que a cláusula está ancorada

Na tabela 8, reunimos os resultados obtidos acerca da natureza da figura à qual a cláusula-*quando* está ancorada. Conforme descrevemos em 3.2.2.6, seguimos critérios visuais de diferenciação da natureza das figuras para dividi-las em seis categorias: charge, desenho, foto, montagem, pintura e vídeo.

Tabela 8

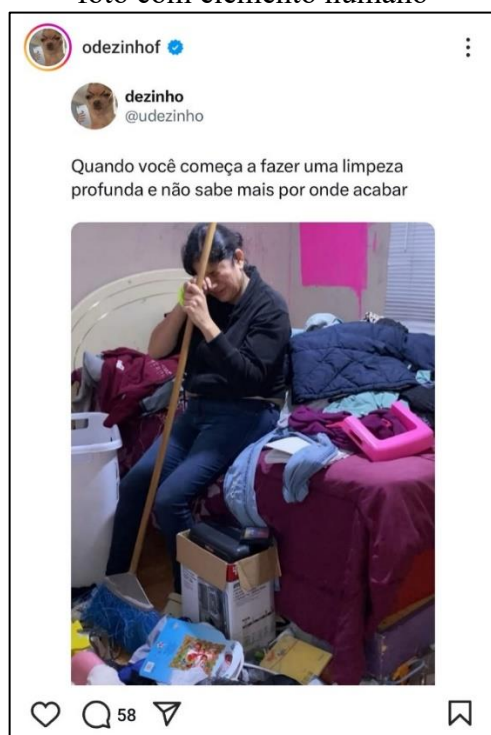
Tipo de figura	Oco.	%
charge	1	0,6%
desenho	30	18,1%
foto	87	52,4%
montagem	33	19,9%
pintura	3	1,8%
vídeo	12	7,2%
Total	166	

Na tabela 8, podemos observar que as cláusulas insubordinadas em *memes quando* estudadas nesta pesquisa estão majoritariamente acompanhadas por figuras do tipo foto. Dos 166 dados analisados, 87 foram do tipo foto, configurando 52,4% dos dados. O tipo montagem apareceu em 33 casos (19,9% dos dados), o tipo desenho teve 30 ocorrências (18,1% dos dados), do tipo vídeo foram 12 (7,2% dos dados), e, em menores ocorrências apareceram os tipos pintura (3 dados, 1,8%) e charge (1 dado, 0,6%).

Diante desse resultado, compreendemos que as cláusulas-*quando* se ancoram, predominantemente, em figuras do tipo foto. Essas figuras são elaboradas pela cláusula-*quando* possibilitando leituras específicas que somente são possíveis ao relacionar a cláusula com a figura. Diante disso, a predominância da categoria foto evidenciada nesta pesquisa nos permite refletir acerca dessas cláusulas se relacionarem a situações reais do cotidiano, uma vez que, diferentemente das outras categorias, ela representa capturas de imagens reais, não fictícias.

Salientamos também que a maioria das figuras traz elementos humanos ou personagens humanizados. Esse resultado também reforça a hipótese de que essas postagens são produzidas no sentido de criar uma representação da realidade. Isso parece ser válido mesmo para as categorias de imagens fictícias. Essa análise também dialoga com a própria definição de *meme* como representação do cotidiano humano.

Figura 29 – Exemplo figura da categoria foto com elemento humano



Fonte: Instagram @odezinhof

Figura 30 – Exemplo figura categoria desenho com personagem humanizado



Fonte: Instagram @indiretasfeminina

As figuras (29) e (30) representam, nas imagens seguidas das cláusulas, situações comunicativas habituais no cotidiano, encenadas na figura (29) por um elemento humano e, na figura (30), por um personagem de desenho humanizado. É possível perceber que a interpretação das figuras das imagens (29) e (30) é direcionada pelas cláusulas-*quando* subordinadas que as acompanham, uma vez que as leituras obtidas a partir dessas figuras são moldadas pelas relações de cada cláusula com sua respectiva imagem.

4.1.7 Presença de material linguístico dentro da figura

Na tabela 9, apresentamos os resultados obtidos acerca da análise da figura que acompanha a cláusula subordinada em *memes quando*. Conforme mencionado em 3.2.2.7, temos como objetivo, neste parâmetro, observar se, dentro do material contextual não verbal, havia material linguístico e, caso houvesse, analisar se esse material estabeleceria relação sintática com a cláusula-*quando*. Como hipótese, postulamos que as cláusulas-*quando* subordinadas tipicamente se ancoram em materiais não verbais que não contêm material linguístico e que, nos casos em que há material linguístico, a cláusula estabelece uma relação discursiva com esse material, e não sintática.

Tabela 9

Figura com texto	Oco.	%
não	139	83,7%
sim	27	16,3%
Total	166	

Evidenciamos na tabela (9) que, dos 166 dados, em 139 as figuras não possuíam texto (83,7% dos dados), enquanto em apenas 27, as figuras continham texto (16,3% dos dados). Esse resultado confirma nossa hipótese inicial de que as cláusulas subordinadas *quando* tipicamente se ancoram contextualmente em materiais não verbais que não contêm material linguístico e, também, como podemos evidenciar nas figuras (31) e (32), que, nos casos em que há material linguístico na figura, a cláusula não estabelece relação sintática com esse material.

Figura 31 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada ancorada na figura com material linguístico “chef”



Fonte: Instagram @sincerooficial

Ao analisarmos a figura (31), podemos afirmar que o termo “chef”, material linguístico presente no contexto da cláusula-*quando*, não exerce relação gramatical com a cláusula “Quando eu joga um pouco de orégano e pimenta do reino no ovo frito”, ou seja, esse material linguístico pertencente à imagem a que a cláusula-*quando* se ancora não pode ser reconhecido como um componente deslocado da cláusula-*quando*, bem como também não pode ser definido como uma possível evidência de uma oração principal (ou mesmo resquício dela), pois representa um ato de fala independente, totalmente atrelado à situação encenada na imagem.

Tais fatos reforçam a autonomia sintática das cláusulas-*quando* insubordinadas e a impossibilidade de inferir ou parafrasear uma possível oração principal para essas cláusulas a partir da imagem. Em 2.2, destacamos que Cavalcante e Rodrigues (2018) apontam para essa possibilidade de inferência de oração principal a partir da leitura da imagem relacionada à cláusula insubordinada; no entanto, ao analisarmos os dados desta pesquisa, notamos que nem sempre é possível ou viável realizar essa reconstrução a partir do material contextual modificado pela cláusula-*quando*, ainda que esse contenha material linguístico, uma vez que esse material linguístico funciona de forma autônoma e não se relaciona sintaticamente com a cláusula-*quando*.

Figura 32 - – Exemplo de cláusula-*quando* insubordinada ancorada na figura com material linguístico “será que tá molhada ou tá gelada?”



Fonte: Instagram @sincerooficial

Na figura (32), também podemos observar como o material linguístico dentro da figura funciona de maneira independente, não relacionado sintaticamente à cláusula-*quando* insubordinada. A sentença “será que tá molhada ou tá gelada?”, posicionada no material contextual, constitui um ato de fala independente, que não pode ser analisado como a oração principal ou mesmo como um constituinte da cláusula “Quando vou recolher a roupa do varal”. Vemos que esse enunciado presente na figura estabelece uma relação discursivo-pragmática, contribuindo para a interpretação do *meme* em sua totalidade e da própria situação comunicativa representada.

4.2 Resultados qualitativos

Nesta subseção, vamos destacar alguns dados selecionados por exibirem aspectos particulares não contemplados na análise quantitativa, mas que merecem uma reflexão. São eles: a ocorrência de uma mesma figura com cláusulas-*quando* insubordinadas diferentes; valores semânticos distintos; e cláusulas-*quando* insubordinadas sem a presença de figura.

4.2.1 Ocorrência de uma mesma figura com cláusulas-*quando* insubordinadas diferentes

Como podemos observar nas figuras (33) e (34), no *corpus* desta pesquisa obtivemos dados de cláusulas distintas que se ancoravam na mesma figura.

Figura 33 – Cláusula 1 ancorada em figura repetida



Fonte: Facebook Só papo reto

Figura 34 – Cláusula 2 ancorada em figura repetida



Fonte: Instagram @meltedvideos

Essas ocorrências são interessantes, uma vez que trabalhamos, sob a ótica funcionalista, com o conceito de insubordinação discursiva, mencionado por Rodrigues (2024), em que o contexto dessas cláusulas é a situação do discurso. Por meio desse contexto, compreendemos uma posição do falante. No caso desta pesquisa, essa posição corresponde a quem produziu e/ou replicou o *meme*, com o intuito de exprimir distintos propósitos comunicativos.

A ancoragem de distintas cláusulas insubordinadas *quando* em uma mesma figura também reflete o seu caráter elaborativo, evidenciado por Kaltenböck (2019). Apesar de estarem ancoradas em uma mesma figura, as cláusulas a elaboram de maneiras distintas, instituindo situações comunicativas diferentes pelas leituras que provocam. Assim, essas ocorrências revelam que tais cláusulas não funcionam como meras “legendas” criadas a partir da imagem, nem tampouco as figuras atuam como meras ilustrações do que é expresso nas cláusulas. O que se tem é um evento comunicativo marcadamente multimodal, no qual os escreventes das redes sociais criam situações discursivas específicas para expressar posicionamentos, opiniões e impressões subjetivas. Nesse contexto, emergem as cláusulas insubordinadas, que enquadram, modelam, enfim, elaboram, linguisticamente tais situações discursivas.

4.2.2 Valores semânticos distintos

Embora não tenha sido o foco central desta monografia a descrição de um parâmetro semântico relacionado às cláusulas-*quando* insubordinadas, vale ressaltar algumas evidências

do nosso *corpus* que ilustram valores semânticos distintos, como apresentamos em 2.2 nos estudos funcionalistas em que Neves (2011) e Ferreira (2017) já propunham a respeito de orações introduzidas por *quando*. Diante disso seria necessária uma pesquisa específica, que possa explorar, com maior profundidade, a multiplicidade semântica dessas cláusulas. Para ilustrar os valores semânticos encontrados, analisamos as figuras (34) (valor de tempo), (35) (valor de condição) e (36) (valor de causa).

Figura 34 – Exemplo cláusula-*quando* in subordinada de valor semântico temporal



Fonte: Instagram @sincerooficial

Na figura (34), podemos observar como a cláusula in subordinada “Quando você prometeu ser fitness em janeiro e já é fevereiro” faz referência ao valor semântico de tempo. Constatamos isso a partir da compreensão de que a cláusula se refere a uma época passada numa linha temporal, sentido reforçado pelo sintagma adverbial [em janeiro] e pelo uso do tempo pretérito perfeito do indicativo. A imagem é elaborada pela cláusula in subordinada produzindo uma impressão do escrevente ou replicador do *meme* a respeito da promessa de ser “fitness” realizada no passado. Inferimos pragmaticamente, ao relacionarmos o enunciado com a figura em que a cláusula se ancora, que essa promessa não foi cumprida.

Esse dado é relevante, uma vez que obtivemos, em nossa pesquisa, poucas ocorrências em que a cláusula-*quando* in subordinada trazia o verbo flexionado no tempo pretérito perfeito do indicativo, contabilizando apenas 4,2% dos dados. Esse tempo verbal foge ao caráter condicional eventual, discutido em 2.2 a partir de Neves (2011), que é expresso pelo tempo presente, como ocorre na maioria de nossos dados. Desse modo, essas ocorrências nos revelam a possibilidade de a cláusula-*quando* in subordinada também expressar a circunstância temporal, considerada prototípica para as cláusulas iniciadas por *quando*, de forma geral.

Figura 34 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada de valor semântico condicional



Fonte: Instagram @sincerooficial

A figura (34) apresenta a cláusula insubordinada “Quando tem briga na minha rua”, em que a cláusula-*quando* exprime o valor semântico de condição. É possível verificar o valor de condição a partir da compreensão de que uma oração de valor condicional expressa um evento necessário para a realização de outro. No caso do exemplo (34), temos que o significado expresso pela cláusula insubordinada representa um evento necessário para a efetivação das ações representadas pela figura: silenciar a televisão e ir para a janela observar o que está ocorrendo na rua. Essa situação expressa pela figura pode ser interpretada a partir da relação de ancoragem entre cláusula e a imagem, que permite a leitura de que se o evento descrito pela cláusula-*quando* (presença de briga na rua) ocorre, o comportamento encenado pela figura (silêncio e atenção) também acontece. Além disso, esse valor semântico se confirma a partir do tempo verbal presente do indicativo, já evidenciado por Neves (2011) como o tempo verbal de manifestação de orações temporais de caráter condicional eventual.

Figura 35 - Exemplo cláusula-*quando* insubordinada de valor semântico causal



Fonte: Instagram @elafazterapia

Na figura (35), temos a ocorrência da cláusula insubordinada “Quando você já passou dos 30 e volta do bloquinho de carnaval.”. Podemos considerar essa ocorrência como um caso em que a cláusula-*quando* insubordinada possibilita a inferência do valor semântico de causa, tendo em vista que há uma relação de causa e efeito na situação representada pela figura: a cláusula traz o motivo, a causa (passar dos 30 e voltar de um bloquinho de carnaval) do que se vê na imagem (um rosto humano bastante deteriorado, com expressão de cansaço, exaustão). Em outras palavras, o leitor chega à leitura da situação comunicativa proposta pelo escrevente de que ele fica/ficou cansado, exaurido, **porque** já passou dos trinta anos e foi a um bloco de carnaval.

A fim de justificar esse valor semântico, podemos também recorrer a Neves (2000 *apud* Ferreira, 2017), que atesta a ocorrência de orações consideradas tipicamente temporais, iniciadas por *quando*, mas que permitem uma leitura causal. Essas orações, segundo a autora, apresentam o aspecto perfectivo e normalmente ocorrem no pretérito perfeito do indicativo, assim como ocorre na cláusula em análise, da figura (35).

4.2.3 Cláusulas-*quando* insubordinadas sem a presença de figura

Ao analisarmos nossos dados, atestamos duas ocorrências de cláusulas *quando* insubordinadas em postagens nas redes sociais que não estavam ancoradas em nenhum tipo de figura no contexto. Essas ocorrências não puderam ser contempladas nas nossas análises quantitativas, visto que, apesar de se enquadrarem nos parâmetros estruturais das cláusulas

analisadas, não acompanham nenhuma figura. As figuras (36) e (37) apresentam essas duas ocorrências encontradas.

Figura 36 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada sem figura (1)



Fonte: Instagram @memesbrasil

Figura 37 – Exemplo cláusula-*quando* insubordinada sem figura (2)



Fonte: Instagram @deusogregio

Ao encontrarmos esses dados durante a nossa coleta, percebemos que essas cláusulas-*quando* insubordinadas parecem estar se cristalizando no português brasileiro contemporâneo, sobretudo na esfera das publicações em redes sociais, a ponto de, em alguns casos, já poderem funcionar de maneira ainda mais isolada, sem necessitar de material contextual não verbal para se ancorar, conforme evidenciamos na maioria dos dados coletados. A partir dessa evidência, recorreremos ao conceito de insubordinação discursiva, descrito por Rodrigues (2024), segundo o qual essas cláusulas insubordinadas se relacionam de forma discursiva, ou seja, são estruturas tipicamente subordinadas que funcionam de forma autônoma, mas são pragmaticamente dependentes da situação do discurso. Isso porque a situação do discurso funciona como o contexto dessas cláusulas para que haja produção do propósito comunicativo.

Podemos compreender a situação comunicativa como o ambiente em que essas cláusulas-*quando* insubordinadas se manifestam, os *memes* de redes sociais, pois, por meio desse, é possível codificar uma posição do falante (escrevente) em relação à proposição. Nesses contextos de escrita do português brasileiro contemporâneo, encontramos usos da língua que necessitam de inferências prévias do leitor acerca de como se reproduz esse modelo de escrita. Nesta monografia, abordamos os *memes quando*, conteúdos frequentemente replicados de modo padronizado, como pudemos observar nesta pesquisa, que, apesar de sofrerem algumas modificações nessas replicações, mantêm um padrão formal e funcional majoritariamente

frequente para expressarem, em geral, posicionamentos, opiniões e impressões subjetivas que provocam identificação entre os usuários das redes sociais analisadas.

Com isso, podemos entender que o público leitor e escrevente dessas publicações realiza a leitura das cláusulas-*quando* insubordinadas autônomas a partir da percepção desses padrões de ocorrência e do contexto situacional de manifestação dessas estruturas: as redes sociais. Assim, podemos supor que nem sempre haverá a necessidade da presença de uma imagem que sirva de âncora discursiva da cláusula para que o propósito comunicativo seja atingido. Essa análise, no entanto, surgiu nos momentos finais deste trabalho e deve ser tomada como uma hipótese a ser verificada. Salientamos a necessidade de que seja realizada, futuramente, uma pesquisa mais aprofundada a respeito desse tipo de dado, a fim de explorar seus padrões de ocorrência e seus efeitos discursivo-pragmáticos.

5. CONCLUSÃO

Nesta monografia, foi proposta uma análise funcionalista sincrônica acerca de cláusulas insubordinadas introduzidas por *quando* no português brasileiro escrito contemporâneo. Objetivamos descrever o funcionamento dessas cláusulas a partir de critérios sintáticos, discursivos e semânticos. Para isso, coletamos dados das redes sociais Instagram, X Facebook totalizando 166 ocorrências que foram analisadas por meio de sete parâmetros: aspectos gráficos; tempo e modo verbal; presença de material linguístico antecedente ao *quando*; padrões sintáticos; estrutura sintática interna; natureza da figura em que a cláusula-*quando* se ancora; e presença de material linguístico na figura.

Os resultados obtidos indicam que as cláusulas insubordinadas iniciadas por *quando* se apresentam nos *memes* em sua maioria como estruturas iniciadas por letra maiúscula e finalizadas sem pontuação, fator que reforça sua autonomia como uma cláusula insubordinada e, também, como unidade tética. Em relação ao tempo e modo verbal predominante, temos como resultado o presente do indicativo, fato que vai de acordo com as propostas de Neves (2011) para cláusulas iniciadas por *quando* com sentido condicional eventual.

A estrutura interna das cláusulas analisadas é predominantemente complexa-coordenada ou simples, sem a presença de material linguístico antecedente ao *quando* e seguindo o padrão sintático [*quando* + SN +SV], evidências que reforçam sua autonomia sintática. As figuras em que as cláusulas *quando* insubordinadas se ancoram discursivamente são majoritariamente fotos que não contém material linguístico e que representam, em geral, figuras humanas ou personagens humanizados.

A partir desses resultados, constatamos que as cláusulas *quando* pesquisadas neste trabalho ilustram a ocorrência de insubordinação discursiva no português brasileiro contemporâneo visto que estamos diante de cláusulas formalmente subordinadas que são autônomas sintaticamente e, no entanto, possuem dependência pragmática em relação a elementos discursivos (figuras) nos quais as cláusulas se ancoram e as elaboram em alguma medida. Com isso, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para uma maior compreensão acerca das cláusulas insubordinadas iniciadas por *quando* no português brasileiro contemporâneo, uma vez que poucos trabalhos na literatura descrevem essas construções.

Por outro lado, reconhecemos que há limitações nas análises deste trabalho e esperamos que essas lacunas possam ser preenchidas com estudos futuros acerca das relações semânticas expressas por essas cláusulas diante do processo de esvaziamento semântico de *quando*, além de uma análise maior sobre as ocorrências encontradas em nosso *corpus* de cláusulas

insubordinadas introduzidas por *quando* não ancoradas em figuras, brevemente comentadas na análise qualitativa dos dados desta monografia.

Em suma, este trabalho se preocupou em descrever o funcionamento de cláusulas insubordinadas introduzidas por *quando* no português brasileiro contemporâneo escrito, se utilizando de um *corpus* composto por dados de redes sociais. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa seja norteadora para novos estudos acerca dessas estruturas e suas funções discursivo-pragmáticas.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**, 39. ed., Rio De Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.
- BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. Insubordination: Central issues and open questions. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Eds.). **Insubordination: Theoretical and empirical issues**. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. p. 7-28.
- CAVALCANTE, S. A. DE S.; RODRIGUES, V. V. **A Estrutura Argumental Preferida de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais 'desgarradas' em 'memes quando'**. Gragoatá, v. 23, n. 46, p. 518-543, 30 ago. 2018.
- CRISTOFARO, S. Routes to insubordination: a cross-linguistic perspective. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (Ed). **Insubordination**. Amsterdam: J. Benjamins, 2016.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7, ed, Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- EVANS, N. **Insubordination and its uses**. In: NIKOLAEVA, Irina (Ed.). *Finiteness. Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.
- FERREIRA, V. P. Por uma classificação a partir das relações entre orações: o caso da conjunção quando. In: RODRIGUES, V. V. (Org.). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 117-133.
- HEINE, B., KALTENBÖCK, G., KUTEVA, T., LONG, H. **Cooptation as a discourse strategy**. *Linguistics*, 2017; 55(4): 813–855.
- HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. On insubordination and cooptation. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (Eds.). **Insubordination**. Amsterdam: John Benjamins, 2016. p. 36-55.
- KALTENBÖCK, G. Delimiting the class: A typology of English insubordination. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Eds.). **Insubordination: Theoretical and empirical issues**. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. p. 167-198.
- MITHUN, M. **The extension of dependenc; beyond the sentence** *Language*, v.84,n. 1p.69-119, 2008.
- NEVES, M. H. de M. As conjunções subordinativas adverbiais. In: **Gramática de usos de português** - 2.ed - São Paulo: Editora Unesp. 2011. p. 787-801.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, vol. 3. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 165-217

RODRIGUES, V. V. (org.). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 210p. Disponível em:
<http://posvernaculas.lettras.ufrj.br/index.php/publicacoes>

RODRIGUES, V. V. Cláusulas subordinadas no português em uso. In: CEZARIO, M. M. da C.; MARQUES, P. M.; CASTANHEIRA, D. (Orgs.). **Pesquisas funcionalistas e aplicações ao ensino superior**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, p. 213-238.